

# Grupo suprapartidário se une para combater avanço das bets

Parlamentares de direita e esquerda articulam ofensiva simultânea no Congresso

Rudolfo Lago/Correio da Manhã

Por Beatriz Matos

Do PT da deputada Benedita da Silva (RJ) ao Republicanos da senadora Damares Alves (DF), passando pelo PSB da deputada Tabata Amaral (SP) ou o PDT da deputada Duda Salabert (MG).

O grande e bilionário avanço das apostas online no Brasil abriu uma nova frente de disputa no Congresso Nacional.

Desta vez, reunindo parlamentares de campos políticos opostos.

Deputados e senadores de partidos que vão do PT ao PL, passando por PSB, Republicanos e Psol, lançaram nesta terça-feira (26) uma ofensiva legislativa para endurecer as regras contra as chamadas bets, em uma articulação que tenta acelerar a tramitação de projetos para coibir esse tipo de jogos nas duas Casas ao mesmo tempo.

O movimento foi apresentado pela Frente Parlamentar Mista para a Promoção da Saúde Mental e ganhou o nome de “Brasil Contra as Bets”. Na Câmara, a proposta tramita como PL 2478/2026. No Senado, como PL 2470/2026. A estratégia foi desenhada para evitar demora no processo legislativo: a Casa que aprovar primeiro envia o texto para revisão da outra.



Esquerda e direita uniram-se contra o avanço das bets

## Saúde mental

Os projetos tratam as apostas online como uma questão de saúde pública e propõem medidas semelhantes às adotadas contra cigarros e bebidas alcoólicas.

Hoje, propagandas de cigarros e bebidas têm diversas restrições. Os parlamentares entendem que as bets, uma vez que o jogo vicia e endivida, precisam de legislação semelhante. Ao contrário, hoje essa modalidade de jogo tem livre propaganda e patrocina clubes de futebol e campeonatos esportivos.

Entre os pontos previstos estão a proibição de cassinos online em formato caça-níquel, restrições severas à publicidade, veto a patrocínios esportivos e culturais, além da proibição de apostas feitas com dinheiro obtido por crédito, empréstimos ou antecipações financeiras.

O deputado Pedro Campos (PSB-PE), presidente da frente parlamentar e um dos articuladores da proposta na Câmara, afirmou que a intenção é acelerar o debate sem eliminar a discussão técnica. “Uma comissão espe-

cial acelera a tramitação, mas ao mesmo tempo garante cuidado com um tema tão importante”, disse. Segundo ele, o objetivo é enfrentar o impacto das apostas “na saúde mental dos brasileiros e brasileiras” e também o avanço da publicidade excessiva do setor.

Campos afirmou ainda que o grupo avalia haver maioria para avançar no plenário, apesar da resistência do setor. “Nós enfrentamos, obviamente, a força que existe desse setor aqui dentro do Legislativo”, declarou.

## Pressão política

A senadora Damares Alves, autora da proposta no Senado, ressaltou que o texto foi assinado por parlamentares de diferentes espectros ideológicos justamente para ampliar o apoio político. Segundo ela, a discussão será conduzida “com dados técnicos” e sem vies ideológico.

“A estratégia é: a Casa que aprovar primeiro segue para a outra”, explicou a senadora, ao detalhar o plano de tramitação simultânea.

Já a deputada Tabata Amaral, durante seu discurso, afirmou que o Congresso enfrenta um dos lobbies mais fortes já vistos por ela. “Pouquíssimas vezes vi um lobby tão efetivo”, declarou em tom de crítica. A parlamentar defendeu que os jogos passem a ter classificação de risco definida pelo Ministério da Saúde e disse que o problema ultrapassa a discussão econômica. “Não é uma situação financeira nem apenas de regulamentação econômica, mas algo que está adoecendo a população brasileira”, afirmou.

A deputada Benedita da Silva (PT-RJ) afirmou que o debate precisa avançar para além das disputas políticas e ideológicas.

# Operação da PF mira Claudio Castro

Por Gabriela Gallo

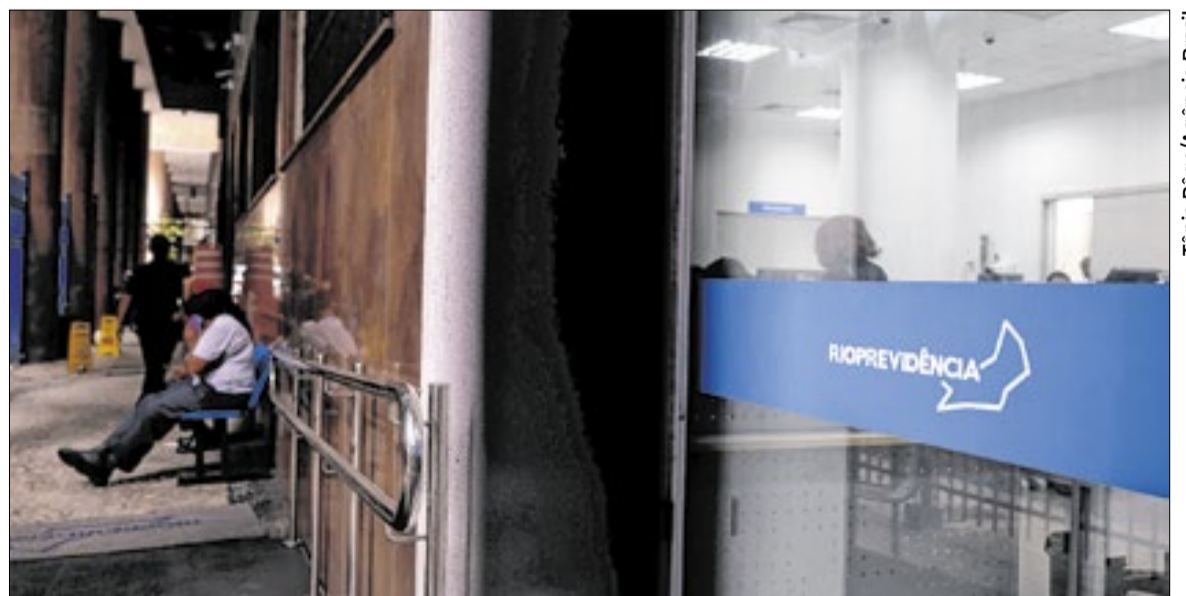
A oitava fase da Operação Compliance Zero, da Polícia Federal (PF), deflagrada nesta terça-feira (26), teve mandados de busca e apreensão contra o ex-governador do Rio de Janeiro Cláudio Castro (PL) e o Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro, RioPrevidência. A operação foi autorizada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça, relator das investigações envolvendo o Banco Master no STF.

Claudio Castro é acusado de se envolver com o dono do Banco Master, Daniel Vercaro, e aplicar irregularmente R\$ 3,6 bilhões da previdência dos servidores fluminenses em Letras de Crédito e fundos do Banco Master. As informações da investigação foram coletadas graças à quebra de sigilo dos aparelhos eletrônicos de Vercaro, apreendidos quando ele foi preso.

Segundo as autoridades policiais, entre outubro de 2023 e julho de 2024, o RioPrevidência “realizou aportes de R\$ 970 milhões em Letras Financeiras do Banco Master”.

“Posteriormente, entre dezembro de 2024 e outubro de 2025, em decorrência de entraves regulatórios que dificultaram a continuidade das aplicações naquela modalidade de investimento, foram realizados aportes em fundos estruturados pelo mesmo grupo, em montante que teria atingido R\$ 2,01 bilhões. Tudo em contexto de crescente dificuldade do banco, diante de aparente crise de liquidez, tornando essencial, no entender da autoridade policial, a captação de aplicações junto a RPPSs [Regime Próprio de Previdência Social] e de substituição de instrumentos por novos produtos financeiros”, detalhou a decisão de Mendonça.

“A atuação do ex-governador não se limitou a contatos insti-



Investigação aponta uso indevido de recursos da RioPrevidência

tucionais, mas envolveu vínculo pessoal estreito com o controlador do Banco Master [Vercaro], caracterizado por encontros frequentes, inclusive em ambientes privados e no exterior, custeados pelo banqueiro, com elevada coincidência temporal em relação aos aportes bilionários do RioPrevidência”, reiterou a deci-

são do magistrado.

Além do ex-governador, também são alvos da operação: Ricardo Siqueira Rodrigues, apontado como o lobista responsável pela operação dos repasses de recursos e Devis Marcon Antunes (que foi preso na fase anterior da Operação Compliance Zero), na época ele era o diretor-Presidenten-

te da RioPrevidência. Outros envolvidos na RioPrevidência investigados são o então diretor de Investimentos da instituição Eucherio Lerner Rodrigues, o então gerente de Investimentos Pedro Pinheiro Guerra Leal e a então gerente de Controle Interno e Auditoria Fernanda Pereira da Silva Machado.